

A FUNÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS NA NOVA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Silva, Maria Emília Pereira da – EMFM

GT: Trabalho e Educação/n. 09

Agência Financiadora: não contou com financiamento

As profundas mudanças ocorridas no processo de trabalho e nas relações de produção expõem o caráter contraditório da nova sociabilidade do capital: de um lado, o grande desenvolvimento das forças produtivas; de outro, diferentes formas de alienação e exploração da classe que vive do trabalho. O que a apologia da liberdade do mercado e sua promessa de prosperidade têm produzido são políticas excludentes, perda de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, agressões aos direitos humanos fundamentais.

A função social do professor está posta nessa totalidade. Como uma prática social, a função docente articula-se com a nova sociabilidade do capital, mediante os papéis que ela cumpre, no sentido de transformar ou de legitimar as políticas educacionais em curso, demandadas pela nova ordem mundial. Essa função mantém uma relativa autonomia em relação à sociabilidade global, como uma particularidade desse todo social. Tomando-se a realidade como um todo estruturado, orgânico, em permanente transformação, pode-se dizer que a função docente é o todo num determinado momento, e por isso é concreta, um fato histórico, não uma abstração, da mesma forma que a nova sociabilidade capitalista é concreta, real, dialética. É nesse sentido que a escola cumpre uma função social. E também o professor. Seja para legitimar as políticas de mercado e fragmentação social, seja para desmistificá-las. Assim é a função docente, prática social histórica, em permanente transformação.

Face às mudanças na organização do trabalho e à introdução de novas tecnologias, cresce a exigência de um novo tipo de trabalhador, com habilidades gerais de comunicação, abstração e integração. Tais habilidades, requeridas por um trabalho mais complexo, não podem ser adquiridas de imediato na produção, como outrora, quando vigorava o padrão taylorista/fordista. Devem ser desenvolvidas no âmbito da educação escolar.

Para atender a essa demanda, a educação é hoje amplamente requisitada. Nos discursos de organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, e nos meios empresariais, a escola básica adquiriu papel preponderante, sobretudo o Ensino Fundamental. A este segmento está reservado o importante papel de desenvolver competências, conhecimentos e atitudes necessárias à sociabilidade do trabalhador. Dessa forma, este terá adquirido a mobilidade necessária para fazer frente a uma sociedade regida pelas novas tecnologias da comunicação e da informação e pelas novas formas de organização do trabalho. Deverá, principalmente, ser capaz de encontrar alternativas de sobrevivência, face aos impactos da crise do trabalho assalariado, traduzida no aumento do desemprego estrutural e na precarização do trabalho.

Devido a tais mudanças, na produção e na sociedade em geral, as demandas do mercado vêm se impondo nos programas de qualificação profissional, com grande impacto na reformulação dos sistemas de ensino e na formação de professores. Que função social docente estará sendo engendrada, no âmbito do debate teórico e no campo das políticas educacionais no país?

Ensino Fundamental: perspectivas do trabalho docente

Como sinalizam estudos e práticas educacionais, a profissão docente na atualidade, no âmbito do Ensino Fundamental, não sugere sua restrição à tradicional *função de ensino*, na medida em que, cada vez mais, é requerida sua *função social*. Não como um sentido genérico, mas como um conteúdo de natureza histórico-social, que parta do fenômeno do trabalho moderno para a reestruturação das práticas pedagógicas, mediada por uma perspectiva mais ampla de transformação global da sociedade (Rodrigues, 1998). É na categoria do perpétuo movimento, da transformação permanente de todas as coisas (Löwy, 1992), que o caráter histórico da função social do professor vai encontrar sua hipótese fundamental. As idéias, os princípios, as categorias, as interpretações dessa função não são imutáveis, estabelecidas para sempre.

O conceito de função social do professor é aqui tomado de uma visão de totalidade, da relação trabalho e educação, da sua conexão com o todo social, para além da estrita função de ensino. Não pode haver função docente desvinculada da ação dos homens e mulheres que atuam nessa profissão. A função docente é vista aqui, portanto, como exercício profissional, mas também humano. Educação e trabalho, como atividade produtora da vida.

A natureza anti-social da racionalidade que preside o campo educacional vigente, mediada pela ideologia do mercado, que naturaliza a ética individualista, é traduzida nas reformas educacionais pelas noções de competências, habilidades, empregabilidade, competitividade, entre outras, e mostra tanto as contradições existentes no campo educacional, quanto as que presenciamos no campo do trabalho.

Se a centralidade da escola, no passado, era ensinar a ler, escrever e contar, hoje essa instituição está voltada para múltiplas linguagens. O tradicional papel do ensino – o de transmitir conhecimentos – é visto como defasado, posto que a escola deve priorizar o desenvolvimento das competências profissionais e sociais que possibilitem ao futuro trabalhador maior adequação às mudanças introduzidas pelo mercado. Nessa visão, não interessam tanto os conhecimentos transmitidos pela escola, pois mais importantes se tornam as competências que ela pode desenvolver, com vistas a uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Diante das novas exigências, percebe-se um estranhamento dos professores em relação ao próprio trabalho: sentem-se impotentes, defasados, despreparados para responder às atuais demandas da profissão. Entretanto, se o *saber científico* representa a mais importante força produtiva do capitalismo contemporâneo (Neves, 1994), ele não significa em si uma submissão do trabalhador à nova ordem. O domínio desse saber representa a possibilidade de sua emancipação (idem) e, nesse sentido, a educação pode desempenhar papel fundamental.

A necessidade de um professor mais qualificado passou a ser também argumento de justificação das reformas educacionais que vêm ocorrendo em todo o mundo, impondo-se, desde a década passada, na temática da qualidade do ensino. Diversos países realizaram reformas em seus sistemas educativos,

visando à melhoria da qualidade desses “serviços”, guiados pela racionalidade dominante na economia de mercado. No Brasil, a educação, sob a égide da qualidade, se caracterizou por diferenciados projetos que se confrontavam no campo das políticas públicas (Silva, 2001). Parece relevante destacar o lugar do professor nos projetos financiados pelo Banco Mundial, durante esse período. Naqueles em que era seguido o padrão da instituição financeira, o professor era concebido como um “insumo educativo” menos relevante para a melhoria da qualidade que a construção escolar e o livro didático (Torres, 1996). No campo empresarial brasileiro, seus representantes afirmavam que nenhum país se credenciaria a entrar na concorrência por mercados internacionais, se não estabelecesse um sistema educacional de boa qualidade. Além disso, propunham que o Ensino Fundamental¹ se convertesse na prioridade das políticas públicas do país. Argumentavam que nesse segmento se encontrava “o gargalo do sistema educacional brasileiro” e que, no passado, “os anseios da oferta (educadores) e as necessidades da demanda (empresários)” não haviam confluído (Silva Filho, 1994). As mudanças na organização do trabalho e da produção levaram também os especialistas em educação, nessa época, a redirecionar o foco da discussão acadêmica, passando do tema da cidadania para o da melhoria da qualidade de ensino, procurando estabelecer novos vínculos entre ciência e trabalho, educação e produção e educação e trabalho (Neves, 2000). Nesse sentido, concentraram seus esforços no processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na tentativa de interferir nos rumos da educação brasileira.

1. Uma incursão no debate teórico

Uma incursão no debate teórico evidencia a existência de diferentes visões sobre o tema. Em geral, as análises não especificam o nível de ensino a que se reportam seus autores, sugerindo que a questão, frente a tantos desafios, precisa ser mais aprofundada. A busca de uma teoria sobre os rumos da profissão docente permitiu a exposição de algumas categorias que podem contribuir nesse debate.

Professor: técnico ou agente transformador?

Na sociedade brasileira, a definição do papel social do professor e da sua formação tem sido marcada pela existência de uma dicotomia entre concepções do “mundo oficial” e do “mundo vivido” (Brzezinski, 2001). Para o primeiro, a função docente está fundada no exercício técnico-profissional. O preparo do professor consiste no desenvolvimento de competências para a prática profissional, através de uma formação prática, simplista e prescritiva, baseada em modelo implantado em outros países. Isto se deve à dependência do mundo oficial para com os organismos internacionais, financiadores das políticas educacionais brasileiras. Num enfoque diferente, para o mundo vivido, o professor é o profissional do ensino capaz de atuar como agente de transformação da realidade. É o profissional dotado da capacidade, entre tantas outras, fundamentalmente, de atuar no processo constitutivo da cidadania do aluno. Leva em conta as transformações sociais das forças produtivas e do mundo do trabalho e igualmente as mudanças que dialeticamente essas transformações provocam no papel social do professor. Com a adoção desse paradigma a formação do profissional da educação para atuar na Educação Básica busca a superação das

¹ O Ensino Fundamental brasileiro corresponde à educação básica a que se referem os organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Unesco e a OCDE – Organização de Cooperação e

desigualdades educacionais e é entendida como “um processo marcado pela complexidade do conhecimento, pela crítica, pela reflexão-ação e pela criatividade” (idem).

Desvio da função de ensino: desprofissionalização/intensificação do trabalho

Não só no Brasil, mas também no plano global, a forma com que cada governo promoveu sua reforma educacional teve repercussões em relação à função docente. Na última década, segundo Gil (2001), observou-se o fenômeno da “desprofissionalização”, ou seja, o desvio do centro do trabalho docente – a função de ensinar - devido ao aumento do controle do governo sobre o currículo e ao crescimento insustentável da carga burocrática da tarefa docente. Esta tendência, de acordo com essa autora, contradizia a prática dos governos que seguem a política neoliberal de desregulação e livre mercado ou, ainda, adotam modelos organizativos de empresas inspirados no toyotismo (trabalho em equipe, autonomia profissional, integração dos trabalhadores na tomada de decisão etc). Essa sobrecarga de funções alheias à tradicional tarefa de ensino é atribuída por Santomé (2001) à descentralização, que delega “poderes e funções”, e é uma das linhas de ação desenvolvidas na mercantilização do sistema educativo. Através dela, nesse enfoque, o professorado tem que se encarregar de funções como: atenção para novos conteúdos culturais e para problemas sociais, educação contra as drogas, prevenção da AIDS, educação vocacional, educação para o consumo, educação para a saúde, manutenção do patrimônio cultural e ecológico etc, questões que são transferidas para a responsabilidade do professor, mas sem o devido acompanhamento dos fundos econômicos necessários para enfrentar tais encargos. Nessa visão, a “notável *intensificação*” do trabalho docente tem contribuído para “corroer o clima do trabalho e o valor das pessoas que atuam no sistema educativo”. Quanto à política de desregulação, a outra linha de ação implementada na mercantilização do sistema educativo deseja que os postos de trabalho sejam mais flexíveis, outorgando-se teoricamente maior autonomia ao professorado para a organização curricular, mas, “no fundo, força-se o próprio professorado a se auto-impor os mesmos controles que, até recentemente, eram prescritos, de maneira explícita, pela Administração”.

Função social: docência e humana docência

É próprio do ofício docente “transmitir, ensinar e internalizar competências, formas de pensar, valorar e sentir que acompanharão os educandos na vida ativa, social e produtiva” (Arroyo, 2000). Mas como cumprir essa função social? “Ilustrando suas mentes e ensinando conhecimentos e formas de conhecer”, entretanto, indo muito além (idem). No convívio com o professor, a criança vai acumulando capacidades para “interpretar o real, seus significados que serão usados em situações diversas, na vida social, política e produtiva, no convívio, nas relações, nas auto-imagens”. Os conteúdos da docência devem ser ampliados, portanto, com os conteúdos da “humana docência”. O professor deve assumir essas funções “quase-educativas” como “realmente educativas, formadoras ou deformadoras”. Não ter medo de se assumir “na totalidade da função social e cultural” que exerce.

Esse autor lamenta que a formação de professores não tenha como horizonte a especificidade da Educação Fundamental. Assim, os professores desconhecem que a Educação Básica “se afirma e se expande no movimento da afirmação dos direitos humanos, da cultura, da proteção e cuidado da infância”. A cultura acumulada e aprendida “não cabe em quintais”, é uma “herança” que incorpora uma “concepção mais aberta do direito à Educação Básica do que a moderna teoria do conhecimento e da ciência” (idem). Essa reflexão sinaliza a urgência de se definir a identidade dos professores desses níveis de ensino.

Visão omnilateral da educação x visão unidimensional do mercado

Para Frigotto (2001a), trata-se de reafirmar, no espaço da educação escolar, o direito social, individual e coletivo de uma formação escolar omnilateral - dirigida para o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano: intelectuais, biopsíquicas, lúdicas, afetivas etc. - e não apenas para “a visão unidimensional do mercado”. É preciso também, segundo esse autor, desmistificar a ideologia dominante e afirmar as concepções e valores democráticos. Garantir a todo cidadão, independentemente de credo, etnia, origem social e gênero, acesso aos conhecimentos, valores e bens culturais do seu tempo histórico.

Ao contrário dessa visão humanista, as reformas da nova era do mercado, no campo formativo e político-pedagógico, levam à “formação de cidadãos conformistas, subordinados e alienados” (idem). Por outro lado, os processos de fragmentação do conhecimento e a reiteração do dualismo conduzem a “uma formação mutilada nas suas dimensões científicas e técnicas” e, sob este aspecto, a reforma educativa concorre para reafirmar a histórica divisão social do trabalho entre países do núcleo central do capital e os periféricos, ou seja, os que investem em atividades ligadas à produção e à tecnologia, e os que são eternos consumidores e aplicadores dessa tecnologia.

Desinteresse pelas dimensões filosóficas, sociológicas e teóricas da educação

Há duas décadas, são frequentes os estudos que exploram o potencial dos professores como “militantes sociais” (Santomé, 2001). Entretanto, os centros de interesse que definem a prática docente de um considerável setor do professorado, nos últimos anos têm sido a cultura do individualismo, que rege em boa medida o seu comportamento, marcado pela obsessão por concepções de ensino e de aprendizagem a partir da psicologia e por uma aposta em uma pedagogia centrada na infância e na certeza de que a prática é tudo (idem). O corolário dessa tendência é um escasso interesse do professorado pelas dimensões mais filosóficas, sociológicas e teóricas da educação. Se as escolas são instituições políticas, seria lógico defender que os professores também fossem agentes políticos, no entanto, o que se observa é o fato de que os professores envolvidos em projetos educativos politicamente comprometidos são, quase sempre, aqueles que militam em movimentos sociais, organizações políticas e sindicais.

Professor: foco nos valores - alternativa à sociedade da produção/consumo

O trabalho docente constitui-se como “uma dimensão de projetos políticos e sociais” que ganham sentido quando em relação com projetos mais amplos de produção de determinado modelo de sociedade. Com essa visão, Santomé (idem) entende que a escola está convocada a colaborar na construção de uma

alternativa à sociedade da produção/consumo e tem que ser uma peça importante na reformulação de uma nova utopia. Nestes momentos de forte individualismo e isolamento, vê nas instituições de ensino um dos espaços aos quais compete uma “verdadeira educação moral” (idem). Nelas, as gerações jovens têm que aprender a ver a sociedade como uma construção coletiva que requer a participação de todas as pessoas, com atitude de crítica, colaboração, respeito, responsabilidade, solidariedade e ajuda: uma educação em que os valores se convertam num dos principais focos de atenção do professorado; em que o aluno introjete tais valores como referência, embasado nas tarefas escolares. Desta maneira, recupera-se para as instituições de ensino sua verdadeira razão de ser, ou seja, a de espaços onde se aprende a ser cidadã e cidadão, a analisar informada e criticamente o que está ocorrendo na sociedade, a criar disposições e atitudes positivas de colaboração e participação nas resoluções de problemas coletivos.

2. Uma incursão no campo de trabalho

A síntese de uma pesquisa sobre projetos desenvolvidos no campo das políticas públicas, relacionadas ao Ensino Fundamental (Silva, 2000), chegou a quatro concepções sobre o papel do professor e seus requisitos de qualificação, a partir de diferentes perspectivas educacionais.

a) Perspectiva tecno-empresarial: um gerente moderno

Nesta concepção, o papel do professor é o de um gerente moderno, que deve trabalhar de forma harmoniosa com os seus fornecedores, para um bom e contínuo desempenho docente. Cursos de gerenciamento e trabalho em equipe irão capacitá-lo tecnicamente para assumir uma nova postura em sala de aula, a de facilitador, orientador da aprendizagem, para que os alunos adquiram cada vez mais autonomia. O professor deverá preencher alguns requisitos: melhorar continuamente a sua tarefa docente, com vistas ao atendimento dos interesses dos clientes, conseqüentemente, atingir maior produtividade.

b) Perspectiva da competitividade individual no mercado: um estrategista

Nessa perspectiva educacional, o professor deve ser um estrategista, capaz de traçar as táticas diversificadas para proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem, com o objetivo de maximizar resultados para diminuir a reprovação, cabendo-lhe o domínio de conteúdos e metodologias direcionadas à melhoria do ensino. Considerada unidade de treinamento, a escola dará seguimento a um processo contínuo de capacitação técnica. A perspectiva é de preparar para uma autonomia docente comprometida com as diretrizes emanadas do órgão central do sistema de ensino. Esta capacitação especificará os conceitos básicos, as competências cognitivas e atitudinais a serem desenvolvidas nos alunos.

c) Eficiência gerencial do serviços escolares: um educador

Nesta perspectiva, o professor é um educador, assim definido o profissional que planeja e tem o controle do trabalho pedagógico devendo, para isso, manter-se atualizado. A política de atualização profissional do órgão central do sistema de ensino terá como objetivo deixar o professor sintonizado com as questões da atualidade e prepará-lo para enfrentar os desafios do próprio trabalho. Fundamentada em conteúdos e metodologias destinadas à melhoria da qualidade de ensino, essa política educacional será promovida em parceria com grupos e instituições especializadas em áreas específicas do conhecimento e em formação de recursos humanos. Os cursos, encontros e seminários visam conduzir o professor à reflexão, à motivação e à informação.

d) Eficácia sócio-político-educativa do sistema escolar: um novo profissional

Um profissional de novo tipo trabalha pelo desenvolvimento integral do aluno. Essa perspectiva educacional espera que a formação do professor não se limite a visões segmentadas do seu papel na educação. Ao contrário, essa qualificação há de acontecer por inteiro, com a reflexão e a pesquisa que o trabalho coletivo oferece. Um processo lento de aprendizado, mas que levará a romper com a concepção transmissiva e fragmentada da educação escolar. Uma nova lógica o qualificará a assumir o seu papel social, numa renovação pedagógica que se dará na escola, como espaço de socialização. Esse novo profissional deverá dominar práticas e teorias relacionadas à construção coletiva de conhecimento e de formação humanas.

2.1 A fala dos diferentes interlocutores do sistema de ensino

Discute-se o trabalho docente a partir do enfoque de representantes dos níveis central, regional e local do sistema público de ensino analisado na pesquisa a que se reporta este trabalho. A função docente é analisada à luz das diferentes tendências anteriormente expostas sobre o papel do professor e seus requisitos de qualificação. Pretende-se mostrar a visão dos interlocutores sobre a prática desses profissionais e suas perspectivas sociais em relação ao papel social da profissão.

A ótica do nível central do sistema

A a escola precisa de profissionais criativos, envolvidos com o trabalho e comprometidos com a política educacional. Nessa visão, a qualificação docente deve estar centrada na atualização. O professor na construção do seu projeto pedagógico, sintonizado com as questões da atualidade e preparado para enfrentar as demandas futuras. Atualizado em conteúdos e metodologias, que lhe permitam reflexão, motivação e informação.

A visão do órgãos regionais

Para exercer seu papel social, o professor terá que “romper” com a concepção diretiva da educação. O novo profissional será um “dinamizador de descobertas, de reflexões, um catalizador de emoções”, que deverá ser capaz de “ensinar a aprender-a-aprender” quanto de investir na própria aprendizagem. Entretanto, dificuldades tendem a problematizar essa nova dimensão docente. Questões estruturais e de infra-estrutura, como superlotação de alunos nas turmas, falta de equipamentos, de recursos materiais e de pessoal são obstáculos ao trabalho do professor. A desinformação e a insegurança do professor são outros aspectos, igualmente impeditivos de uma nova prática docente.

A nossa sala de aula é a sala de aula que vai acabar dentro de muito pouco tempo. Essa sala de aula, com o professor chegando, numa turma de 30, 40 alunos, em que o professor, na verdade, pode ter um ou outro recurso - tem o recurso da sala de vídeo, mas o professor tem que marcar com antecedência; não tem ali, imediatamente, uma série de ferramentas necessárias pra gente estar pensando a educação, pensando o mundo, pensando a sociedade, pensando o trabalhador que se quer, o homem que se quer, o cidadão que se quer - essa escola, na verdade, está ultrapassada. Os professores, pelo menos da rede pública, não estão conseguindo desenvolver o seu trabalho pedagógico na plenitude. [O que os impede de trabalhar de uma forma diferente?] Muitas vezes, é a desinformação e a insegurança. Muitas pessoas não têm informação, em termos de conteúdo mesmo, desinformação. Há professores que não lêem, nem mesmo o material de trabalho; outros que não têm acesso à informação. Desinformação. Insegurança. Alguns lêem, mas têm medo; ficam inseguros de deixar a velha forma de ser professor e tentar um outro jeito, um jeito mais dinâmico de ser professor. (CRE A.IV.1.13)

Como gerente de atividades, o professor “não teria um papel social, nem seria um educador”. Também não seria um gerente moderno, pois essa prática estaria longe da nossa cultura docente.

[...] Muita gente faz grande esforço para conhecer esse professor multi, multi-uso. O professor, daqui pra frente? Dizem que ele tem lugar nesse novo mundo, mas não sabemos como vai ser esse novo professor. Importante? Necessário? Vai ser necessário, mas por razões diferenciadas. É temível que esse professor seja necessário enquanto um ocupador de parcelas da população, como por exemplo, fazer programas educativos para a 3ª idade, para ocupar os velhos; estender os anos de ensino da universidade, numa proposta de educação permanente, para a vida toda, por não se ter inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, o que hoje chamamos de professor, seria muito

mais um coordenador, um gerente. Um gerente de atividades! Ou de vídeos a serem colocados. [Tem um papel social?] Tem, isso não deixa de ser um papel social, mas só que não é nessa direção que queremos [social no sentido de construção coletiva do conhecimento]. Dentro daquela visão, esse professor não teria um papel social, nem seria um educador. Seria um gerente de atividades, um coordenador. [Hoje isso ocorre?] Não se vê, não. (CRE A.IV.1.13)

De um modo geral, a prática docente nem sempre tem visibilidade, o que acaba por dificultar um traçado nítido da atuação docente no sistema público de ensino. Contudo, uma visão parcial, obtida por uma amostragem de escolas e de professores, sugere que, há muito tempo, alguns vem tentando trilhar outro caminho.

Propostas alternativas ao tradicional fazer educativo estariam se ampliando nas escolas, faltando-lhes visibilidade. Essa característica da rede pública seria um sinal da desvalorização profissional, fazendo com que o professor da escola básica incorpore a imagem de “um profissional menor”, de “um profissional desqualificado, descartável”.

Uma outra concepção, mais gerencial, do trabalho na sala de aula, prevê uma nova postura docente, baseada em categorias como participação, cooperação, troca interpessoal, num processo educativo em que ao professor cabe gerenciar, facilitar, orientar a aprendizagem, na expectativa de que os alunos se tornem pessoas mais críticas, reflexivas, participativas e cooperativas.

Perspectivas das escolas

Muito mais voltado para a formação da cidadania do que para o ensino formal de conteúdos curriculares, o professor há de ser um orientador para a cidadania. Se o aluno aprendeu a ler, “o resto ele aprende na vida, nos livros” e “se ele se interessar por um assunto, vai pesquisar” (Diretora Escola A). Nessa visão, o professor tem que levar o aluno a aprender-a-aprender. Há de ser um grande orientador da cidadania e da aprendizagem. Para uma atuação melhor dos professores, deveriam ser ampliados os instrumentos à sua disposição, como centros de estudo, professor substituto, professor de educação física, artes etc. Deveriam ser incorporados ao currículo o saber artístico, estético, e uma nova lógica de pensar a organização das ações educativas.

O trabalho docente deve continuar centrado no aluno, “o elemento mais importante de todo projeto educativo” (Prof.SL Escola A), e este ser desenvolvido de maneira coletiva, sempre “unindo esforços”. A relação professor-aluno, “enriquecedora”, dialógica (Prof.1, idem). O professor deve ser um educador em busca de novidades, para que as aulas se tornem mais interessantes, mas não buscar uma informação qualquer, mas a necessária. Não basta que o professor seja uma pessoa informada do que acontece no mundo, mas que também possua domínio do conteúdo a ensinar. Se é um alfabetizador, por exemplo, há de dominar os requisitos da alfabetização (Prof.2, idem). A formação de hábitos e atitudes, a como se relacionar em grupo, também é importante, pois “ensinar boas maneiras é tarefa dos adultos” (idem).

A concepção do segmento responsável identifica determinados elementos que possuem maior ou menor relevância no processo de aprendizagem, de acordo com a faixa etária e a série dos alunos. Nos primeiros anos de escolaridade, da educação infantil ao CA, haveria maior flexibilidade na relação professor-aluno do que nas séries seguintes. Durante a experiência inicial na escola, a afetividade aparece como fator essencial de adaptação. O outro fator, e ao que parece o principal pressuposto na relação concebida, é a disciplina, tida como conseqüência de uma postura docente mais rígida na sala de aula.

A forma tradicional com que se relacionam professores e alunos é enfatizada e justificada pela falta de recursos. Da mesma maneira “conservadora” (OE, Escola B), no que toca à ambiência da sala de aula, onde os alunos ficam sentados e “voltados para quadro de giz”, pois a escola não possui o material adequado para outra forma de organização, como trabalho em grupos. O desenvolvimento de uma aprendizagem cooperativa em “times de aprendizagem” (no sentido de formar as habilidades e atitudes necessárias aos modernos padrões de produção e de vida em sociedade) não parece condizente com o papel do professor requerido por essa tendência. Pelo que se pode apreender, existem as condições subjetivas para o implemento de uma educação desse tipo, tendo em vista o interesse dos professores em imprimir maior dinamismo ao trabalho, faltando-lhes, no entanto, as condições objetivas.

O trabalho docente e a auto-realização pessoal e profissional relacionam-se por um princípio que supõe a “respeitabilidade” (Prof.1, Escola B). Categoria que reconhece no professor um cidadão cumpridor de seus deveres, mas que deve ter assegurados seus direitos. Essa relação é quebrada pela próprio sistema de ensino, quando este não respeita os direitos dos funcionários. Para desenvolver seus projetos, os docentes precisam readquirir auto-estima, pois “professores infelizes”, por motivos diversos, estão “gerando alunos infelizes” (idem). O trabalho docente deve caminhar no sentido da auto-realização.

Um outro ângulo da análise mostra uma visão de totalidade subjacente ao conceito da função docente. A escola se vê palco das mesmas relações conflitivas que permeiam a sociedade mais ampla. A relação professor-aluno é um exemplo. O papel do professor adquire novas características. Há de o educador ter a postura de amigo, estar aberto ao diálogo, ser paciente e flexível, além de “equilibrista” (Prof 2.EscolaB), tendo em vista os determinantes econômicos que afligem igualmente alunos e professores. O trabalho docente exige flexibilidade, paciência, sensibilidade, capacidade de renovação, considerando que o professor “vai trabalhar com o ser humano” (idem) e a imprevisibilidade que o caracteriza. Tais características, consideradas essenciais ao trabalho docente, adquirem tal relevância que a sala de aula passa a assumir centralidade na estrutura do sistema educativo. É vista como lugar de onde procedem todos os professores e para onde todos devem todos confluir, mesmo que periodicamente, como no caso dos profissionais que, fora da sala de aula, desempenham outras funções em outros órgãos do sistema. Nesse sentido, a escola, mais precisamente a sala de aula, será o lugar privilegiado da renovação pedagógica.

A lógica dos pais dos alunos, em relação à função docente, é que esta encontra dificuldades para se realizar plenamente, porque, os professores recebendo baixos salários, o que lhes acarreta problemas particulares, tornam-se “sem paciência”, “sem muita vontade de trabalhar”, “acabando por descontar no

próximo” e a não demonstrar “carinho pelos alunos” (SR, Escola B). A “culpa” pelo mau desempenho é atribuída ao governo, que deveria “tratar bem” os professores pagando-lhes o que é de “direito”, para que também eles, “coitados”, tratassem bem os alunos (idem). Nesse abordagem, conclui-se que a função social docente implica o exercício da profissão com tranquilidade, satisfação e motivação, em consequência de um bom salário.

Na prática, o que se verifica é uma falta de clareza sobre o perfil do novo profissional da educação. Se é verdade que diferentes correntes do campo educativo postulam mudanças no trabalho docente, também é certo que as propostas se diferenciam. Um vem com premência um “professor multi-uso”, anseio não partilhado pelos defensores de um profissional de novo tipo, que assumirá o seu papel social, no sentido da construção coletiva do conhecimento, na perspectiva da transformação da sociedade mais ampla. Não será um “ocupador de parcelas da população”, um “coordenador”, um “gerente de atividades”, como em outras tendências.

Afinal, será o professor necessário, importante no futuro? Entre outras, essa indagação surge como desafio ao impasse em que se encontra a educação. Que lugar ocupará o professor “nesse novo mundo”? Manterá sua função social? Apesar dessa categoria não significar o mesmo para todos, há quem pense na preservação desse papel.

Considerações finais

Se no capitalismo contemporâneo o professor, como os demais trabalhadores, é requisitado a repensar suas funções, este fato certamente irá orientar os programas de formação de professores, como já se verifica nas reformas dos sistemas de ensino no país. A questão central está na função social dos futuros professores, em um contexto tão contraditório. Se, por um lado, tais programas de formação voltam seus esforços para a formação de um profissional consciente dos desafios postos à profissão pela nova base científica, que comanda a organização do trabalho e estabelece novos padrões de sociabilidade, por outro lado, a realidade revela adversidades quanto à possibilidade de satisfação da dimensão mais elementar do trabalho – a subsistência –, mesmo para aqueles trabalhadores que dominam as capacidades requeridas pelo mercado.

A exclusão é significativa tanto no âmbito do trabalho, como na educação escolar. A histórica cisão entre detentores do capital e trabalhadores se faz presente hoje tanto nas novas formas de alienação do trabalho, quanto na qualidade da educação oferecida às massas trabalhadoras, apesar da propalada meta dos organismos internacionais de universalização da educação básica.

A realidade tem mostrado que as mudanças na sociabilidade do capital têm levado ao desemprego, à precarização do trabalho e ao crescente empobrecimento dos trabalhadores. Este fato concorre para o aumento das matrículas nas escolas públicas. E, nesse contexto, a função docente adquire papel primordial na formação dos filhos da classe que vive do trabalho. Embora seja recorrente no debate teórico a dificuldade em hoje se identificar as classes fundamentais que configuram o capitalismo contemporâneo, devido à sua crescente complexidade, não se pode ignorar a intensificação dos conflitos

sociais em contextos diversos. Dentre esses conflitos, destaca-se o do Ensino Fundamental, especificamente na rede pública de ensino, cuja desqualificação se vê relacionada ao lugar dos trabalhadores em nossa realidade social.

Falar de professores, escola, formação docente seria um anacronismo, assim como falar do papel dessas instituições formadoras e da função social do profissional da educação, se não se considerar as formas que tais processos adquirem em nossos dias.

O empenho deste trabalho vai no sentido de contribuir no debate sobre a necessidade de se investigar as leis de transformação e desenvolvimento da função social do professor neste início de século, no Brasil - um país carente de uma proposta clara de educação que expresse exigências novas de articulação das estruturas educativas da sociedade, mas que confronte com o pensar e o agir ditados pelo mercado.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. RJ, Vozes, 2000.

BRZEZINSKI, Iria. Contribuição Apresentada pela ANPED nas Audiências Públicas sobre as “Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica Em Curso de Nível Superior”, Promovidas pelo Conselho Nacional de Educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 16, jan./abr. 2001.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA. M. (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. RJ, Vozes, 2001.

GIL, Juana M. S. É Possível Aprender da Experiência? In: LINHARES, Célia (org.). *Os Professores e a Reinvenção da Escola: Brasil e Espanha*. São Paulo, Cortez, 2001.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 8ª edição, SP, Cortez, 1992.

NEVES, Lúcia Maria W. *Educação e Política no Brasil de Hoje*. SP, Cortez, 1994.

____ (org.). *Educação e Política no Limiar do Século XXI*. São Paulo, ed. Autores

Associados, 2000.

RODRIGUES, José. *A Educação Politécnica no Brasil*. Niterói, EdUFF, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo T. O Professorado em Épocas de Neoliberalismo: dimensões sociopolíticas de seu trabalho. In: *Os Professores e a Reinvenção da Escola: Brasil e Espanha*. LINHARES, Célia (org.). São Paulo, Cortez, 2001.

SILVA, M.E. P. da. A Educação sob a Égide da Qualidade: pressupostos e práticas da proposta da SME-RIO, no período de 1993-1998. *Dissertação de Mestrado*, PUC-RIO, 2000.

_____. Qualidade Funcional: gênese de uma “nova” qualidade em educação. *Trabalho & Crítica*. Florianópolis, UFSC/NUP/CED, Cidade Futura, nº 3, 2002, p. 201-215.

SILVA FILHO, H. O Empresariado e a Educação. In *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. FERRETTI, C..J. et al. (orgs), RJ, Petrópolis, Vozes, 1994.

TORRES, Rosa Maria. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADAD, S., SP, ed. Cortez, 1996.